

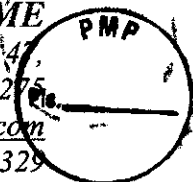
**EXAME – ASSESSORIA CONTÁBIL EIRELI - ME**

Avenida Deputado Humberto Mendes, nº 796, sala 4,

Ed. Wall Street, Poço, Maceió-AL, CEP 57025-275

E-mail: [exame.contabilidade@hotmail.com](mailto:exame.contabilidade@hotmail.com)

Fone: (82) 99973-1329



Maceió, 06 de janeiro de 2025.

Ao Ilustríssimo Senhor

**WILQUER DOS SANTOS LEITE**

Secretário Municipal de Finanças de Pilar- AL

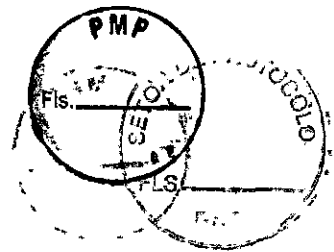


**Assunto:** Proposta de preço para prestação de serviços especializados em assessoria contábil.

Senhor Secretário,

Em atendimento à solicitação de Vossa Senhoria apresentamos proposta de preço para os serviços especializados em assessoria contábil para atender todas as Secretarias Municipais e os Fundos de Saúde, Assistência e de Educação, bem como todas as unidades da Administração indireta de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Associada ao suporte técnico a nossa assessoria abrange, além da elaboração dos demonstrativos contábeis, a elaboração da proposta das Leis: Diretrizes Orçamentárias - LDO, Plano Plurianual - PPA e Orçamento Anual - LOA, bem como as suas reformulações no exercício vigente, se houver necessidade, nos prazos fixados pelo Poder Executivo, de forma que sejam assegurados e viabilizados os objetivos e metas que a Administração pretenda alcançar.



## **EXAME – ASSESSORIA CONTÁBIL EIRELI - ME**

*Avenida Deputado Humberto Mendes, nº 796, sala 47,*

*Ed. Wall Street, Poço, Maceió-AL, CEP 57025-275*

*E-mail: [exame.contabilidade@hotmail.com](mailto:exame.contabilidade@hotmail.com)*

*Fone: (82) 99973-1329*

Quando da execução dos serviços esta empresa disponibilizará profissionais na área Contábil devidamente registrado em seu respectivo Conselho, com conhecimento na área, comprovado por meio de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público, para prestar os serviços de suporte técnicos a serem desenvolvidos nessa Prefeitura, conforme a seguir relacionados:

1. Elaboração do Balanço Anual e envio ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas;
2. Elaboração dos balancetes mensais do Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Assistência Social e o balancete consolidado do Município;
3. Acompanhamento da execução orçamentária - emissão de nota de empenho, liquidação e pagamento, de acordo com a Lei 4.320/64 e plano de contas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
4. Alimentação dos Sistemas de Orçamento Público em Saúde – SIOPS e em Educação – SIOPE, dos Ministérios da Saúde e Educação;
5. Alimentação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, com relação às Contas Anuais e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal;
6. Transmissão das informações contábeis ao SIAP – Sistema Integrado de Auditoria Pública do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, no que diz respeito ao Poder Executivo e seus respectivos Fundos e Autarquias;
7. Atender as Secretarias Municipais em assuntos referentes à área contábil e financeira, bem como elaborar, quando solicitado: planilhas, relatórios e gráficos diversos;

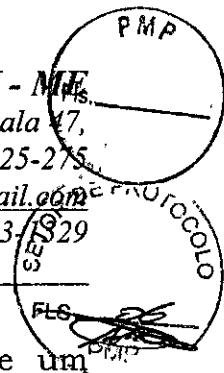
**EXAME – ASSESSORIA CONTÁBIL EIRELI - ME**

Avenida Deputado Humberto Mendes, nº 796, sala 47,

Ed. Wall Street, Poço, Maceió-AL, CEP 57025-275.

E-mail: [exame.contabilidade@hotmail.com](mailto:exame.contabilidade@hotmail.com)

Fone: (82) 99973-1229



8. Nos serviços apresentados estão incluídos o licenciamento de um Sistema Contábil e Planejamento para atender a esse poder executivo com a quantidade de usuários ilimitados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MENSAL	TOTAL
01	Administração e demais Secretarias	Mês	12	14.000,00	168.000,00
02	Fundo Municipal de Saúde	Mês	12	8.000,00	96.000,00
03	Fundo Municipal de Educação	Mês	12	8.000,00	96.000,00
04	Fundo Municipal de A. Social.	Mês	12	8.000,00	96.000,00
05	Administração Indireta -três unidades	Mês	12	12.000,00	144.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>600.000,00</b>

O preço mensal para atender todas as unidades da administração direta será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e no período de 12 meses de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

Maceió (AL), 06 de janeiro de 2025.

RICARDO BRITO Assinado de forma digital  
por RICARDO BRITO  
BORGES:20934513449  
513449 Data: 2025.01.06  
09:32:14 -03'00'

**Ricardo Brito Borges**

**CRC/AL nº 003732/O-4**

**PROCESSO nº:** 0106-0041/2025

**INTERESSADO:** Secretaria de Finanças

**ASSUNTO:** DFD para contratação de empresa especializada

### **PARECER Nº 50/2025**

**EMENTA:** Contratação direta. Inexigibilidade de licitação. Inviabilidade de competição. Art.74, caput, inciso III, alínea "c" da Lei 14.133/21. POSSIBILIDADE.

#### **1. RELATÓRIO**

Trata-se de análise jurídica de contratação direta mediante **inexigibilidade de licitação** para contratação de consultoria e assessoria especializada, compreendendo o acompanhamento da execução orçamentária e financeira de todas as secretarias municipais e os fundos de saúde, assistência e de educação, bem como todas as unidades da Administração Indireta.

Para a regularidade do procedimento, os autos foram instruídos com o Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), proposta de trabalho da contratada visando demonstrar sua

especialidade e exclusividade, termo de referência com a justificativa da contratação, ato de autorização da demanda, dotação orçamentária, contratos de prestação de serviços semelhantes, declarações e atestados de capacidade técnica.

Após, os autos foram encaminhados a esta procuradoria para análise e parecer.

É o relatório. Passo a opinar.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Conforme a nova legislação, a INEXIGIBILIDADE de licitação é prevista nos termos do Artigo 74 da Lei 14.133/21. No que tange à inexigibilidade de licitação a legislação prevê condições específicas em que é possível a contratação direta, sem a realização do certame competitivo.

A Lei de Licitações 14.133 foi publicada em 1º de abril de 2021. De início, o inciso II do artigo 193 da lei 14.133/21 estipulava que a legislação anterior perderia sua vigência dois anos após a publicação oficial da nova lei, ou seja, em 1º de abril de 2023. Até esse prazo, a Administração tinha a opção de seguir a legislação anterior ou a nova lei 14.133 para licitações e contratações.

No entanto, a MP 1.167, emitida em 31 de março de 2023, alterou esse cenário, prorrogando a vigência da legislação anterior até o dia 30 de dezembro de 2023, podendo, até lá, a Administração escolher licitar de acordo com a 8666/93 ou a 14.133/21.

Importante ressaltar que a escolha entre uma lei ou outra deve ser explicitamente mencionada no edital ou ato autorizativo, publicado até o dia 29 de dezembro de 2023.

Embora a MP 1.167 tenha perdido vigência em 28 de julho de 2023, a Lei Complementar 198, de 28 de junho de 2023, manteve a data de perda de vigência da legislação anterior, ou seja, 30 de dezembro de 2023.

Dito isto, a nova legislação busca proporcionar maior eficiência e flexibilidade na administração pública, permitindo a inexigibilidade em determinadas situações específicas.

Trazendo o objeto do presente processo, o artigo 74 da Lei 14.133/21 elenca as situações em que é possível a INEXIGIBILIDADE de licitação. Destacamos o caput, o inciso III e as alíneas "c" e "e", ressaltando que a interpretação deve ser realizada de forma estrita e em consonância com os

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

No presente caso, a unidade demandante justificou o pedido no Documento de Formalização da Demanda-DFD e no Estudo Técnico Preliminar- ETP.

Verifica-se que as razões da escolha e a autorização para contratação do escritório encontram-se devidamente apresentadas pela Secretaria Municipal de Finanças, no ETP, no TR e no Ato de Autorização de Demanda.

Quanto à justificativa do preço, importante destacar o seguinte entendimento do TCU:

Acórdão 9313/2017 Primeira Câmara (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira) Responsabilidade. Convênio. Débito. Artista. Empresário. Cachê. Pagamento. Divergência.

Não cabe ao TCU avaliar ganhos internos no relacionamento de empresários entre si (exclusivos e ad hoc) ou entre esses e os artistas e bandas por eles representados. Em convênios que envolvam a participação desses atores, **competete ao órgão concedente demonstrar que os pagamentos ocorrem dentro dos preços de mercado ou são compatíveis com valores já recebidos anteriormente pelos artistas e bandas em eventos equivalentes.** Não havendo nos autos manifestação nesse sentido, não é possível a caracterização de débito por divergência entre os valores pagos aos empresários e os efetivamente recebidos pelas respectivas bandas e artistas, a título de cachê.

[grifamos]

Nesse sentido leciona Rafael Carvalho Rezende Oliveira<sup>1</sup>:

Em relação à justificativa de preço, é fundamental que a Administração Pública instrua o processo administrativo com os respectivos documentos. No caso da dispensa de licitação, a Administração deve apresentar, em princípio, três cotações, salvo situação justificada que demonstre a sua impossibilidade. **Nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, a justificativa deve ser realizada por meio da comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas.**

<sup>1</sup> Licitações e contratos administrativos: teoria e prática / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. - 9. ed. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

Registre-se, ainda, que na contratação direta, sem licitação, não deve ser dispensada a apresentação dos documentos de habilitação que, normalmente, seriam exigidos na fase externa da licitação. [...]

No caso dos autos, a Administração **informou que o preço** de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) reais mensais está de acordo com o praticado pelo mercado se comparado ao valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil) reais cobrados pela empresa em 2017.

### **I- SINGULARIDADE DO OBJETO**

Para a configuração da inexigibilidade, é necessário demonstrar que o objeto em questão possui características singulares que tornam impraticável a competição. Nesse sentido, segundo a Administração, a referida pessoa física/jurídica detém a singularidade no que diz respeito a sua expertise única para oferecer os serviços desejados por ela, visto que não há outra pessoa que disponibilize os mesmos serviços, caracterizando-se, portanto, como exclusivo.

### **II- NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO**

Outra hipótese de inexigibilidade é a notória especialização do fornecedor, o que implica na comprovação de que apenas determinada pessoa física/empresa possui a expertise necessária para execução do serviço ou fornecimento do produto.

### **III- DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

Recomenda-se a coleta de documentação que comprove a singularidade do objeto ou a notória especialização do fornecedor. A apresentação de pareceres técnicos, certificados, ou outros documentos que evidenciem a inviabilidade da competição é fundamental.

No tocante aos requisitos de habilitação do contratado, observa-se que constam nos autos as certidões negativas de débitos que comprovam a sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e do FGTS, embora algumas desatualizadas, bem como a informação de que eventual contratação está prevista na programação orçamentária do **exercício financeiro de 2025**, atendendo-se, assim, os requisitos legais para a contratação.

Nota-se, ainda, que a minuta do contrato está aprovada e em conformidade com todos os requisitos estabelecidos. Após uma análise

detalhada das cláusulas e condições propostas, confirmamos que não existem pendências ou inconsistências que necessitem de ajustes.

### **3- DA CONCLUSÃO**

Concluimos, da análise dos autos, que o pedido de contratação direta da empresa especializada EXAME ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA por inexigibilidade é **viável**, conforme art. 74, caput, inciso III, alínea "c" da Lei Federal 14.133/21.

Espero que as considerações apresentadas sejam úteis para a tomada de decisão. Estou à disposição para esclarecimentos adicionais e para colaborar na implementação das medidas necessárias.

Por derradeiro, cumpre ressaltar que a Procuradoria-Geral do Município emite parecer/despacho sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo se imiscuir quanto à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública, nem mesmo analisar aspectos de cunho eminentemente técnico-administrativo, no mais, este parecer/despacho é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gestor Municipal (TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES, DOU de 17/05/2011).

Este é o parecer, S.M.J.

Pilar/AL, 30 de janeiro de 2025.

**Paula Amanda Estanislau Calaça**  
Procuradora Municipal  
Matrícula nº 30036

PAULA AMANDA  
ESTANISLAU  
CALACA

Assinado de forma  
digital por PAULA  
AMANDA  
ESTANISLAU CALACA





**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR  
GABINETE DO PREFEITO**

PROCESSO: 0106-0041/2025

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ASSUNTO: DFD para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA - CONTABILIDADE

**RECONHECIMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

**CONSIDERANDO** as justificativas acerca da necessidade da contratação, das razões de escolha e da justificativa da prestação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais e/ou empresas com notória especialização a ser contratado por inexigibilidade;

**CONSIDERANDO** os elementos contidos acerca da comprovação de preços praticados com outros, e da vantajosidade que embazaram a contratação por inexigibilidade;

**CONSIDERANDO** que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação jurídica e qualificação técnica suficientes para celebração do contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**CONSIDERANDO** a disponibilidade financeira para cobrir a despesa apresentada pelo Setor de Contabilidade;

**CONSIDERANDO** o PARECER JURIDICO da Procuradoria Geral do Município, opinando de forma favorável pela CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL ESPECIALIZADA, COMPREENDENDO O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS e outros serviços vinculados a proposta de preços, através da pessoa jurídica EXAME – ASSESSORIA CONTÁBIL EIRELI - ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.063.519/0001-60, observadas as exigências legais e os requisitos mínimos de habilitação de contratação, cujas conclusões passo a **RECONHECER**.

Passo a **RATIFICAR** a **AUTORIZAÇÃO** da **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** nº 0106-0041/2025, por entender que o processamento respectivo seguiu as determinações legais, de acordo com a premissa que permeia a serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR  
GABINETE DO PREFEITO**

empresas de notória especialização, verificando que a inexigibilidade de licitação é o meio mais adequado para a contratação de serviços e profissionais dessa natureza intelectual, levando-se em conta a expertise dos profissionais e da pessoa jurídica na matéria de direito público, adequada à plena satisfação do objeto do contrato, nos termos do artigo 75, III da NLL, c/c art. 42 do Decreto Municipal nº 98/2023, passando a fazer juntada do **Termo de Autorização e Homologação**.

**E DETERMINANDO** as seguintes providências:

I – Remeta à Diretoria Especial de Licitações para providências necessárias para o trâmite formalização do contrato e emissão da nota de empenho (se for o caso), em favor da pessoa jurídica, nos termos do art. 95, I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – Enquadrando a Contratação Direta, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** no sistema de informação municipal, promovendo a publicação no site institucional, na plataforma Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, conforme § único do artigo 72 e artigo 94 da Lei nº. 14.133/2021, para fins de ratificação, para que fique à disposição do público e dos órgão de controle;

III – Por fim, encaminhe-se o procedimento ao Fiscal do Contrato (se houver) para providenciar o envio dos documentos e contrato à pessoa jurídica, realizando a fiscalização e recebimento do objeto, nos termos do art. 140, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com observância à redação da Legislação Municipal.

Registre-se e Cumpra-se.

**MARIA DE FÁTIMA RESENDE ROCHA OITICICA**  
PREFEITA MUNICIPAL DE PILAR

MARIA DE FATIMA RESENDE ROCHA OITICICA:11145021468 Assinado de forma digital por MARIA DE FATIMA RESENDE ROCHA OITICICA:11145021468



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR  
GABINETE DO PREFEITO**

**Termo de Autorização e Homologação  
Processo Administrativo nº 0106-0041/2025**

Pelo presente instrumento, no uso de suas atribuições legais que me foram conferidas, pelo Decreto Municipal nº 98, de 21 de novembro de 2023, cumprindo as exigências do art. 71, inciso IV da Lei Federal c/c art. 17, §1º, I do Decreto Municipal nº 98/2023, resolve:

**RECONHECER a CONTRATAÇÃO DIRETA por INEXIGIBILIDADE nº 0106-0041/2025**, com fulcro no art. 72, caput, da Lei nº 14.133/2021, fundamentado no caput, e inciso III, do art. 74 da mesma Lei, e diante dos dados expostos, **RATIFICAR** a situação de inexigibilidade reconhecida para contratação, conforme manifestação do Agente de Contratação, proposta de serviços e documentos habilitatórios:

**1 – Fundamentação Legal:** Sobretudo pela caracterização da inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2 – Razão da Escolha da pessoa jurídica:** Sobretudo pela contratação do profissional qualificado, com reconhecimento territorial na área de licitações e contratos.

**3 – Justificativa do Preço:** Sobretudo por meio da comprovação de notas fiscais onde evidenciam que os valores pactuados estão de acordo com o praticado no com outros entes públicos de acordo com a IN 65/2021.

Passo a **AUTORIZAR** a contratação, e **HOMOLOGAR** a Inexigibilidade de licitação apresentada, nos termos:

a) Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL ESPECIALIZADA, COMPREENDENDO O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS FUNDOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA E DE EDUCAÇÃO, BEM COMO TODAS AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E OUTROS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL;**

MARIA DE FATIMA RESENDE ROCHA  
OITICICA:11145021468  
Assinado de forma digital por MARIA DE FATIMA RESENDE ROCHA  
OITICICA:11145021468



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR  
GABINETE DO PREFEITO**

- b) Pessoa Jurídica: **EXAME – ASSESSORIA CONTÁBIL EIRELI - ME.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.063.519/0001-60;
- c) Valor: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) anual.
- d) Prazo de vigência do Contrato: 12 (doze) meses.
- e) Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 0004– SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; Função Programática: 04.122.0001.2009; Projetos/Atividade: 2009 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 1000 -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Função Programática: 10.301.0005.6005; Projetos/Atividade: 6005 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 0012 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; Função Programática: 12.122.0002.4001; Projetos/Atividade: 4001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 0008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO; Função Programática: 08.122.0004.8001; Projetos/Atividade: 8001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA.

MARIA DE  
FATIMA  
RESENDE ROCHA  
OITICICA:111450-  
21468

Assinado de forma  
digital por MARIA  
DE FATIMA  
RESENDE ROCHA  
OITICICA:111450214  
68

**MARIA DE FÁTIMA RESENDE ROCHA OITICICA**  
PREFEITA MUNICIPAL DE PILAR



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR  
GABINETE DO PREFEITO**

**EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE**

O **Município de Pilar**, inscrito no CNPJ sob o nº 12.200.150/0001-28, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, pelo Decreto Municipal nº 98, de 21 de novembro de 2023, cumprindo as exigências do art. 71, inciso IV da Lei Federal c/c art. 17, §1º, I do Decreto Municipal nº 98/2023, **RECONHECE e HOMOLOGA** o ato **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 0106-0041/2025**, acolhendo o parecer jurídico para o instrumento contratual produza seus efeitos jurídicos e legais. – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL ESPECIALIZADA, COMPREENDENDO O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS FUNDOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA E DE EDUCAÇÃO, BEM COMO TODAS AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E OUTROS ORGÃOS DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL.** – Fornecedor: **EXAME – ASSESSORIA CONTÁBIL EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.063.519/0001-60. – Valor: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) anual,. – Prazo: 12 (doze) meses. – Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: Unidade Orçamentária: 0004–SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; Função Programática: 04.122.0001.2009; Projetos/Atividade: 2009 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 1000 -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Função Programática: 10.301.0005.6005; Projetos/Atividade: 6005 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 0012 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; Função Programática: 12.122.0002.4001; Projetos/Atividade: 4001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 0008 -SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO; Função Programática: 08.122.0004.8001; Projetos/Atividade: 8001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Fundamentação Legal: art. 74, inc. III, alínea “c” da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 98/2023. Processo Administrativo: 0106-0041/2025.

MARIA DE FATIMA  
RESENDE ROCHA  
OITICICA:11145021468

Assinado de forma digital por  
MARIA DE FATIMA RESENDE  
ROCHA  
OITICICA:11145021468

**MARIA DE FÁTIMA RESENDE ROCHA OITICICA**  
PREFEITA MUNICIPAL DE PILAR

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0106-0041/2025**

**CONTRATO Nº 05 /2025**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PILAR – ESTADO DE ALAGOAS, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E A PESSOA JURIDICA EXAME – ASSESSORIA CONTÁBIL EIRELI - ME.**

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PILAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 12.200.150/0001-28, com sede administrativa na Praça Floriano Peixoto, s/n, Centro, Pilar - Alagoas, neste ato representado pelo(a) Chefe do Poder Executivo Municipal, a Sra. **MARIA DE FÁTIMA RESENDE ROCHA OITICICA**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF de nº 111.450.214-68, por interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**, órgão público vinculado a estrutura administrativa municipal, representada neste ato pelo Sr. **WILKER DOS SANTOS LEITE**, secretário municipal, inscrito no CPF sob o nº 023.642.334-70.

**CONTRATADO: EXAME – ASSESSORIA CONTÁBIL EIRELI - ME.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.063.519/0001-60, com sede na Rua Avenida Deputado Humberto Mendes, nº 796, sala 47, Ed. Wall Street - Poço, Maceió-AL, CEP: 57025-275, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. **RICARDO BRITO BORGES**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob o nº 209.345.134-49, residente e domiciliado no Residencial Vert Paradiso, nº 210 – QD B2, Lote 21, Antares, Maceió/AL, CEP: 57.048-375.

Os CONTRATANTES, nos termos do Processo Administrativo, inclusive Parecer Jurídico, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos, Decreto Municipal nº 98/2023 e demais disposições legais, resolvem celebram o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação acima identificada, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1. O presente contrato tem como fundamento o art. 74, inc. III, alínea “c” da Lei Federal 14.133/21 que institui as normas para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 0106-0041/2025 e todos os seus anexos, devidamente aprovado pela Procuradoria Geral do Município, através do Parecer Jurídico.

**CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL ESPECIALIZADA, COMPREENDENDO O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS FUNDOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA E DE EDUCAÇÃO, BEM COMO TODAS AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E OUTROS ORGÃOS DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta de preços apresentada.

2.2. Inclui-se ao objeto do contrato: 1. Elaboração do Balanço Anual e envio ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas; 2. Elaboração dos balancetes mensais do Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Assistência Social e o balancete consolidado do Município; 3. Acompanhamento da execução orçamentária - emissão de nota de empenho, liquidação e pagamento, de acordo com a Lei 4.320/64 e plano de contas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público; 4. Alimentação dos Sistemas de Orçamento Público em Saúde – SIOPS e em Educação – SIOPE, dos Ministérios da Saúde e Educação; 5. Alimentação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, com relação às Contas Anuais e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal; 6. Transmissão das informações contábeis ao SIAP – Sistema Integrado de Auditoria Pública do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, no que diz respeito ao Poder Executivo e seus respectivos Fundos e Autarquias; 7. Atender as Secretarias Municipais em assuntos referentes à área contábil e financeira, bem como elaborar, quando solicitado: planilhas, relatórios e gráficos diversos; 8. Atender as demais solicitações da administração pública relacionadas a contabilidade pública municipal e 9. Licenciamento de Software contábil e de Planejamento para atender a necessidade com a quantidade de usuários ilimitado.

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O ato que autorizou a Contratação Direta, por inexigibilidade;
- A Proposta do contratado; e
- Seus anexos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência e execução da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O prazo de vigência e execução poderá ser prorrogado por vontade das partes, observada as particularidades para a completa execução dos serviços e a disponibilidade dos créditos orçamentários.

3.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

3.4. Havendo necessidade, caso que necessite dispor de recursos orçamentários, a prorrogação de contrato poderá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4.1. **Condições de execução:** A execução iniciará a partir da assinatura do contrato, de forma eventual e não exclusiva, devendo estar a contratada a disposição para agendamento de reuniões, encontros e/ou esclarecimentos, sempre que julgar necessário a administração.

4.2. As orientações do **CONTRATADO** deverão ser transmitidas diretamente aos servidores lotados nos órgãos envolvidos e vinculados a esta contratação, e em especial, ao Chefe do Poder Executivo para tomada de decisão final.

4.3. **Local e horário da prestação dos serviços:** Os serviços poderão ser prestados nas dependências do órgão públicos que estão diretamente ligados ao objeto ou no local da sede do contratado. Os horários da prestação dos serviços serão de acordo com a necessidade, dentro dos horários de funcionamento dos órgãos ou da sede da contratada.

4.4. **Rotinas a serem cumpridas:** Não será necessário estabelecer rotinas a serem cumpridas, devendo apenas serem prestados os serviços nos setores de contabilidade e finanças de forma diária, sendo apresentado relatório mensal pela contratada dos serviços em andamento e prestação de contas.

4.5. **Das etapas das tarefas a serem executadas:** Os serviços deverão ser prestados mediante os seguintes procedimentos: Etapa 1 - prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria contábil, financeira e gestão fiscal aos servidores lotados no setor de contabilidade da Secretaria de Finanças e nos órgãos vinculados; Etapa 2 - acompanhamento, treinamento, elaboração e envio da Diretrizes Orçamentárias - LDO, Plano Plurianual - PPA e Orçamento Anual - LOA e demais legislações pertinentes que se façam necessárias sobre legislação financeira e tributária municipal; Etapa 3 - acompanhamento, treinamento, elaboração e envio do balanço geral anual e mensal ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE/AL; Etapa 04 - Alimentação dos Sistemas de Orçamento Público em Saúde - SIOPS e em Educação - SIOPE, dos Ministérios da Saúde e Educação; Etapa 5 - Alimentação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, das Contas Anuais e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal; Etapa 06 - Transmissão das informações contábeis ao SIAP - Sistema Integrado de Auditoria Pública do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas; Etapa 07 -Alimentação de sistema interno de contabilidade.

4.6. **Materiais a serem disponibilizados:** A contratada deverá disponibilizar material de apoio técnico, equipamentos, ferramentas, transporte e alimentação a equipe técnica especializada e capacitada, devidamente registrada no Conselho Regional de Contabilidade, designada para desempenhar as tarefas no município. Deverá ainda, disponibilizar cópia dos materiais e dos relatórios a fiscalização, sempre que solicitado pela gestão municipal.

4.7. Fica a cargo da contratada, o fornecimento ou não de uniformes a seus empregados, em sendo fornecido, deverão estes serem condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante.

4.8. **Especificação da garantia do serviço:** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.9. **Procedimentos de transição e finalização do contrato:** Não serão necessários procedimentos de transição do contrato devido às características do objeto.

4.10. O modelo de gestão e fiscalização do contrato, assim como as condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, seguindo as regras do Decreto Municipal nº 98/2023.

4.11. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

#### **CLAUSULA QUINTA - DO PREÇO**

9.1. O valor global anual do contrato é de **R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) anual**, sendo divididos em 12 (doze) parcelas de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, conforme proposta apresentada, referente aos serviços prestados abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	MENSAL	TOTAL
01	ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS	MÊS	12	R\$ 14.000,00	R\$ 168.000,00
02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MÊS	12	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
03	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	MÊS	12	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR  
DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

04	FUNDO MUNICIPAL DE A. SOCIAL	MÊS	12	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
05	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – TRÊS UNIDADES	MÊS	12	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 600.000,00</b>

5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, visitas, transporte, combustível, pessoal e equipe técnica e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação da equipe que auxiliará a execução dos serviços. Além das despesas com o treinamento dos servidores atuantes nos setores de contabilidade e todos os materiais necessários, sempre que solicitado pela gestão municipal.

5.2. Inclui-se no valor acima, o licenciamento de um Sistema Contábil e Planejamento para atender a esse poder executivo com a quantidade de usuários ilimitados.

5.3. Não será aceito nenhum tipo de cobrança adicional de qualquer natureza para completa execução do objeto, bem como nenhum tipo de cobrança de serviços adicionais executados pela CONTRATADA, sem que tenha sido previamente e expressamente autorizados, através de termo aditivo.

#### **CLAUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

6.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano.

6.2. Caso seja autorizado o reajuste dos preços, de forma excepcional, os preços serão reajustáveis, na seguinte forma:

6.2.1. O reajuste se dará mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da referida anualidade.

6.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.2.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.2.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento dos preços do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLAUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto será comprovada mediante as receitas introduzidas no orçamento municipal, devidamente comprovada, após finalização de todos os trâmites legais.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados,

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A avaliação que trata o item 7.1., não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

#### **Do recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 06 (seis) meses, após o início da prestação dos serviços, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

I) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

II) O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

III) A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

IV) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

V) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta de Serviços, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente, após a completa execução dos serviços contratados, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e

quantidade do serviço e conseqüente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

VI) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

VII) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

VIII) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

IX) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

X) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis, para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária aplicável ao caso.

#### **Forma de pagamento**

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

7.29. A contratação não permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme previsto no art. 145 da Lei nº 14.133/2021, medida absolutamente excepcional, tendo a o art. 145 da Lei n. 14.133, de 2021, admitido sua adoção somente em situações em que houver sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a prestação do serviço (o que não é caso dos autos).

### Cessão de crédito

7.30. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

### CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

#### 8.1. São Obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Ao fornecimento ao escritório de documentos e informações solicitadas necessárias para a execução dos serviços, tais como confecção de procuração e demais documentos pertinentes ao contrato.
- b) Compromete-se a realizar todas as medidas necessárias indicadas pelo escritório para a efetivação das decisões que vierem a ser preferidas nos serviços objeto do presente instrumento contratual.
- c) Honrar com os pagamentos dentro dos prazos previstos, de acordo com a cláusula terceira e parágrafos deste instrumento;
- d) Cumprir com todas as orientações e solicitações que forem feitas pelo escritório para o cumprimento do previsto neste instrumento;
- e) Além dessas obrigações, o município também se compromete a observar as constantes no Termo de Referência;
- f) Pagar ao escritório jurídico o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- g) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela empresa, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- h) Avaliar, periodicamente, a qualidade dos serviços contratados, avaliação essa que será feita com base entre outros critérios, os seguintes critérios: (i) qualidade técnica; (ii) tempo de realização e (iii) perfil dos profissionais alocados.

#### 8.2. São Obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Disponibilizar, com vistas à execução do objeto do Contrato, pessoal habilitado, em número suficiente, inclusive para atender eventuais necessidades extraordinárias, sobre o qual exercerá rigorosa supervisão, destacando, para tanto, um coordenador/advogado;
- b) Executar os serviços objeto do presente Termo em consonância com os padrões, normas e especificações definidas pela legislação vigente, os serviços conforme especificações de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
  - a) Informar a cada mês, o andamento de todos os processos sob o status quo de acompanhamento total; com antecedência, os prazos e demais atos processuais ou administrativos dos processos que se entram sob sua responsabilidade no status quo de Acompanhamento Subsidiário ou Administrativo; independentemente de quaisquer status, imediatamente todos os fatos relevantes que afetem os interesses da Prefeitura Municipal de Pilar.
  - b) Enviar cópia de peças, sentenças, acórdãos e artigos de doutrina que tenham conhecimento e que de alguma forma possa influenciar, positiva ou negativamente nas causas sob sua responsabilidade;
  - c) Comunicar toda e qualquer alteração legislativa, de normas procedimentais da justiça ou órgão

administrativo local, de orientação jurisdicional que afete quaisquer dos processos judiciais, administrativos ou extrajudiciais procedimentais.

d) Solicitar, com a antecedência de 05 (cinco) dias, ressalvados os casos especiais, os pedidos de recursos financeiros para o pagamento de despesas judiciais ou extrajudiciais, depósitos recursais, preparos, custas e emolumentos relativos aos processos por ela acompanhados, através de procedimento administrativo próprio para que a municipalidade efetue a disponibilização dos recursos financeiros e respectiva autenticação das guias de depósito;

e) Não havendo solicitação no prazo determinado no caput deste item ou se não houver liberação em prazo hábil pelo município do valor requerido, a Contratada deverá providenciar às suas expensas o pagamento das despesas judiciais ou extrajudiciais, depósitos recursais, preparos, custas e emolumentos relativos aos processos acompanhados pela Contratada, que serão reembolsados oportunamente pela Prefeitura Municipal de Pilar, mediante apresentação do comprovante de pagamento devidamente quitado/autenticado e assinado pelo advogado responsável pela sociedade de advogados, mediante contra recibo e, quando for o caso, juntamente com a peça do recurso interposto.

f) Não se pronunciar à imprensa em geral acerca de quaisquer assuntos relativos às atividades da Prefeitura Municipal de Pilar e da sua atividade profissional (objeto do contrato).

g) Ser o fiel depositário de toda a documentação que lhe for entregue pela Prefeitura Municipal de Pilar, mediante recibo, até a sua total devolução, que também deverá ser feita mediante recibo;

h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

i) Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

j) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros;

k) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

l) Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

m) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

n) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

o) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no contrato;

p) Realizar os serviços previstos neste instrumento e acompanhá-los até final instância, efetivando, aos seus exclusivos critérios, tomadas as providências administrativas e judiciais previstas, desde que não implique em prejuízos ou danos ao município;

- q) Compromete-se, ainda, a informar previamente todos os procedimentos, antes da sua realização, necessários para a implementação das decisões que vierem a ser proferidas;
- r) Compromete-se, em auxiliar o departamento contábil do município no tocante a realização do procedimento de utilização de informações nos moldes da legislação em vigor;
- s) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante.
- t) Responsabilizar-se por todos os eventuais custos com passagens, hospedagens, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços prestados ao município.
- u) O descumprimento das obrigações acima destacadas sujeitará à pena de multa e/ou rescisão contratual, garantida a defesa prévia e fundamentada.

8.3. São obrigações **DAS PARTES PERTINENTES À LGPD:**

- a) As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b) Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- c) É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d) A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- e) Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- f) É dever do credenciado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- g) O credenciado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- h) O credenciado poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- i) O credenciado deverá prestar, no prazo fixado pelo credenciante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- j) Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

k) Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

l) O termo está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

m) Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLAUSULA NONA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

9.1. A fiscalização e a gestão do presente Contrato será exercida por servidor representante do órgão, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração, quais sejam: FISCAL: JOSE ARNALDO FERNANDES DA SILVA - MATRÍCULA: 26081 e GESTOR: MARIA ADRIANA MARTINS PALMEIRA – MATRICULA: 29097.

9.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

9.3. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

9.4. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 98/2023, combinado com os termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

I - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal (is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s);

II - Compete ao Fiscal do Contrato abaixo identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

9.5. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal (is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

9.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

#### **CLAUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens "b", "b" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens "e", "f", "g" e "h" do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
- I. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- II. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- III. Compensatória, para as infrações descritos nos subitens "e" a "h" do item 10.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
- IV. Compensatória, para a inexecução total do contrato previsto no subitem "c" do item 10.1, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- V. Para infração descrita no subitem "b" do item 10.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- VI. Para infrações descritas no subitem "d" do item 10.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor do Contrato.
- VII. Para a infração descrita no subitem "a" do item 10.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da

comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSAO OU TRANSFERENCIA**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR  
DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

12.2. Não será admitida a cessão ou sub empreitar, no todo ou em parte, quer onerosa ou gratuitamente, os serviços contratados, salvo negociação prévia entre as partes, a ser firmada mediante termo aditivo expresso.

12.3. O presente contrato ou sua correspondente remuneração não poderão ser objetos de alienação, a qualquer título. Do mesmo modo, a CONTRATADA não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos, de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente contrato.

#### **CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Administração, deste exercício financeiro, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária: 0004-- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; Função Programática: 04.122.0001.2009; Projetos/Atividade: 2009 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Unidade Orçamentária: 1000 -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Função Programática: 10.301.0005.6005; Projetos/Atividade: 6005 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Unidade Orçamentária: 0012 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; Função Programática: 12.122.0002.4001; Projetos/Atividade: 4001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Unidade Orçamentária: 0008 -SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO; Função Programática: 08.122.0004.8001; Projetos/Atividade: 8001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLAUSULA DECIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato de acordo com agenda do artista.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sob devidas e aceitas justificativas a contratada.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

- i. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- ii. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- iii. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- iv. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- v. Indenizações e multas.

b) A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.4. Caso o CONTRATANTE opte em rescindir o contrato fora do prazo estabelecido de 20 (vinte) dias antecedendo a data do objeto do contrato, obriga-se a pagar a CONTRATADA uma multa contratual de 20% do valor acordado do cachê, sob pena de multa de 10%, juros de mora de 1% ao mês e correção monetária via INPC em caso de inadimplemento.

14.4.1. Se o valor da multa for menor que os custos dos gastos operacionais, prevalecerá o maior valor a ser reembolsado a CONTRATADA, independente do constante na Lei 14.133/21 e suas alterações.

#### **CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art's 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021) se assim aceitas pela CONTRATADA.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, "caput", da Lei nº 14.133, de 2021, além da divulgação e manutenção do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente em sítio eletrônico oficial do CONTRATANTE, nos termos do artigo 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021

#### **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça da cidade de Pilar - Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR  
DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

E por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento impresso em duas vias de igual teor e forma, declarando conhecer todos os seus termos e condições, acompanhadas de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Pilar - Alagoas, 03 de Fevereiro de 2025.

MARIA DE FATIMA RESENDE ROCHA  
Assinado de forma digital por MARIA DE FATIMA RESENDE ROCHA  
OITICICA:11145021468  
1468 OITICICA:11145021468

MARIA DE FÁTIMA RESENDE ROCHA OITICICA  
**MUNICÍPIO DE PILAR**  
Contratante  
Prefeito(a)

WILKER DOS SANTOS  
Assinado de forma digital por WILKER DOS SANTOS  
LEITE:02364233470 LEITE:02364233470  
WILKER DOS SANTOS LEITE  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**  
Interveniente

RICARDO BRITO BORGES  
Assinado de forma digital por RICARDO BRITO BORGES  
BORGES:2093451344  
513449 BORGES:2093451344  
9  
RICARDO BRITO BORGES  
**EXAME – ASSESSORIA CONTÁBIL EIRELI - ME**  
Contratada  
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

**JOSÉ ERINALDO NUNES CASTRO**

Presidente CECP

Publicado no quadro de avisos da Sede Administrativa do Município de Piaçabuçu em 25 de Fevereiro de 2025.

Publicado por:  
Geicyelle Santos Bispo  
Código Identificador: 1CB1F5E7**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR****DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025****PROCESSO ADM: Nº 1127-0038/2024****OBJETO:** Registro de Preços para Aquisição de Pneus e Acessórios. A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento as Leis nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 98 de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas em Edital, resolve HOMOLOGAR o Certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2025, com as seguintes Empresas vencedoras:**CPX DISTRIBUIDORA S/A(10158356000101)** com os lotes: 3, 5, 7, 23 no valor total de R\$ 372.058,00 (trezentos e setenta e dois mil e cinquenta e oito reais).**MELO PNEUS LTDA -EPP(28995139000131)** com os lotes: 13, 21, 22 no valor total de R\$ 116.060,00 (cento e dezesseis mil e sessenta reais).**ACOFLOA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA(54231216000197)** com os lotes: 29, 32, 36 no valor total de R\$ 30.332,00 (trinta mil e trezentos e trinta e dois reais).**PNEU 10 PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA(13631589000178)** com os lotes: 4, 6, 8, 9, 12, 17, 26, 27, 30, 31, 35 no valor total de R\$ 352.623,75 (trezentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos).**RC AUTO PNEUS PEÇAS SERVIÇOS LTDA(09312706000163)** com os lotes: 10, 19, 20, 25, 34 no valor total de R\$ 116.683,28 (cento e dezesseis mil e seiscentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos).**AUTOLUK COMERCIO DE PNEUMATICOS E PEÇAS LTDA EPP(20063556000134)** com os lotes: 14, 33 no valor total de R\$ 56.830,56 (cinquenta e seis mil e oitocentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos).**J F B LESSA LTDA(28942178000170)** com os lotes: 11, 28 no valor total de R\$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais).**EVOK IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA(44116889000142)** com os lotes: 1, 2, 15, 16, 18, 24 no valor total de R\$ 170.444,96 (cento e setenta mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICÍPIO DE PILAR, no uso de suas atribuições legais e conforme edital, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Diretoria de Licitações no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

PILAR (AL), 25 de fevereiro de 2025

**MARIA DE FÁTIMA RESENDE ROCHA OITICICA**

Autoridade Competente

Publicado por:  
Cassio Jose da Silva Aquino  
Código Identificador: 2D45AC02**DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE  
INEXIGIBILIDADE Nº 0106-0041/2025**

O Município de Pilar, inscrito no CNPJ sob o nº 12.200.150/0001-28, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, pelo Decreto Municipal nº 98, de 21 de novembro de 2023, cumprindo as exigências do art. 71,

inciso IV da Lei Federal c/c art. 17, §1º, I do Decreto Municipal nº 98/2023, **RECONHECE e HOMOLOGA** o ato **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 0106-0041/2025**, acolhendo o parecer jurídico para o instrumento contratual produza seus efeitos jurídicos e legais. – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL ESPECIALIZADA, COMPREENDENDO O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS FUNDOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA E DE EDUCAÇÃO, BEM COMO TODAS AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E OUTROS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL.** – Fornecedor: EXAME – ASSESSORIA CONTÁBIL EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.063.519/0001-60. – Valor: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) anual. – Prazo: 12 (doze) meses. – Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: Unidade Orçamentária: 0004– SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; Função Programática: 04.122.0001.2009; Projetos/Atividade: 2009 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 1000 -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Função Programática: 10.301.0005.6005; Projetos/Atividade: 6005 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 0012 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; Função Programática: 12.122.0002.4001; Projetos/Atividade: 4001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 0008 -SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO; Função Programática: 08.122.0004.8001; Projetos/Atividade: 8001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Fundamentação Legal: art. 74, inc. III, alínea “c” da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 98/2023. – Processo Administrativo: 0106-0041/2025.**MARIA DE FÁTIMA RESENDE ROCHA OITICICA**

Prefeita Municipal de Pilar

Publicado por:

Juliana Alves Fernandes Correia

Código Identificador: 387C0437

**DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES  
EXTRATO CONTRATO Nº 05/2025**- DAS PARTES: O MUNICÍPIO DE PILAR - CNPJ nº 12.200.150/0001-28 como CONTRATANTE; e a empresa EXAME – ASSESSORIA CONTÁBIL EIRELI - ME - CNPJ sob o nº 13.063.519/0001-60 como CONTRATADA. - DO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL ESPECIALIZADA, COMPREENDENDO O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS FUNDOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA E DE EDUCAÇÃO, BEM COMO TODAS AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E OUTROS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL.** – DO PRAZO: 12 (doze) meses. – DO VALOR: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) anual. – DA DOTAÇÃO: Unidade Orçamentária: Unidade Orçamentária: 0004– SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; Função Programática: 04.122.0001.2009; Projetos/Atividade: 2009 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE

FINANÇAS; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 1000 -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Função Programática: 10.301.0005.6005; Projetos/Atividade: 6005 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 0012 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; Função Programática: 12.122.0002.4001; Projetos/Atividade: 4001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. Unidade Orçamentária: 0008 -SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO; Função Programática: 08.122.0004.8001; Projetos/Atividade: 8001 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. – Fundamentação Legal no art. 74, inc. III, alínea “c” da Lei Federal nº 14.133/2021. – Signatários: MARIA DE FÁTIMA RESENDE ROCHA OITICICA – CONTRATANTE e RICARDO BRITO BORGES – CONTRATADO. – Processo Administrativo: 0106-0041/2025.

Publicado por:  
Juliana Alves Fernandes Correia  
Código Identificador:718F2542

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO  
AVISO DE HABILITAÇÃO/INABILITAÇÃO DA CHAMADA  
PÚBLICA Nº 01/2025

A Comissão de Contratação, **RETIFICA**, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021, comunica aos participantes e demais interessados na **CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2025** para **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM FUNDAMENTO NO § 1.º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947, DE 16/07/2009 E RESOLÇÕES DO FNDE, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, na modalidade Chamada Pública nº 01/2025.**

**ONDE SE LÊ:** que após análise dos documentos de habilitação a Comissão declarou **INABILITADA** a **ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES NOVA CONCEIÇÃO DO ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO**, CNPJ: 27.370.551/0001-01, por não ter apresentado a **CND MUNICIPAL**, é importante destacar que foi concedido o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentação da documentação faltante, conforme estabelecido no Edital.

**LEIA-SE:** que após análise dos documentos de habilitação a Comissão declarou **INABILITADA** a **ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES NOVA CONCEIÇÃO DO ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO**, CNPJ: 27.370.551/0001-01, por não ter apresentado a **CND municipal**, **SEVERINO BENEDITO DA SILVA**, CPF: 725.258.864-53 – não apresentou prova de inscrição no cadastro de pessoa física, sem possibilidade de diligenciar por ausência de informações necessárias para o preenchimento de dados, **ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO VARZEA GRANDE**, CNPJ: 22.074.698/0001-22, não apresentou **CND estadual** e **alvará sanitário**, **COOPERATIVA SEMENTES DO FUTURO**, CNPJ: 40.909.930/0001-87 – não apresentou a prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ e a certidão negativa de falência, é importante destacar que foi concedido o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentação da documentação faltante, conforme estabelecido no Edital, é importante destacar que a Comissão de Contratação ficou no setor até às 15:00h, aguardando o comparecimento dos interessados.

Deste modo, em respeito ao item 9.3. do Edital, que após publicação do julgamento referente a Chamada Pública, o interessado poderá

interpor recurso no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, findando em 07 de março de 2025.

**BRISA BRENDA DA SILVA**  
Agente de Contratação

**RICARDO WILTON ELIODORIO DA SILVA**  
Agente de Contratação

**SPÍNOLA CAVALCANTE SOUZA**  
Equipe de Apoio

Publicado por:  
Isabelle Nunes de Lima  
Código Identificador:B7B5151F

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 05/2025, 24 DE DE FEVEREIRO DE 2025.

INSTITUI DE FORMA PERMANENTE O PROGRAMA BUSCA ATIVA ESCOLAR NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO /AL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO CALVO, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município, e em cumprimento as normas constitucionais vigentes;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de garantir o acesso de crianças e adolescentes à Educação, e a necessidade de oferecer condições de permanência e pleno desenvolvimento na trajetória escolar, conforme a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

CONSIDERANDO a importância de assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes por meio do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), instituído por meio da Resolução nº 113, de 19 de abril 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que, em seus arts. 27 e 28, determina o direito à Educação às pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO o art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre a obrigatoriedade, por parte dos dirigentes de ensino, de comunicar ao Conselho Tutelar faltas injustificadas e evasão escolar; e a Lei nº 9.394/1996 que, em seu art. 12, inciso VIII, determina notificar ao Conselho Tutelar a relação de alunos afastados do processo de escolarização;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer práticas protetivas e preventivas nas relações das crianças e dos adolescentes com a escola, e a necessidade de criar pilares e suportes ao desenvolvimento e à consolidação das políticas públicas de proteção aos educandos em nível municipal;

CONSIDERANDO o cumprimento das estratégias (1.15, 2.5, 3.9 e 4.4) previstas nas metas do Plano Nacional de Educação – PNE 1, 2, 3, 4, Para universalização da educação de 4 a 17 anos: Meta 2 PME- Universalizar o ensino fundamental de 9(nove) anos para toda a população de 6(seis) e 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste plano;

Estratégia 2.4- Promover a Busca Ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com a área da saúde e assistência social;

HG  
CONSIDERANDO, por fim, as estratégias previstas no Plano Municipal de Educação, assegurando que o Município deve promover a Busca Ativa de Crianças e Adolescentes em parceria com Órgãos Públicos de Assistência Social, Saúde e Proteção à Infância;